

# Os desvios do IPC

**N**ão é em si mesmo imoral o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC). Sua imoralidade decorre do fato de ter lançado mão de recursos públicos para custear aposentadorias de parlamentares, as quais, face a essa circunstância, passaram a constituir privilégio que a sociedade não pode convalidar. É um caso típico e odioso de uso ilícito do dinheiro público.

O IPC pode continuar existindo e pode continuar aposentando, precocemente ou não, a quem quiser pelo salário que lhe aprovou. Desde que o faça, porém, com o dinheiro que arrecadar dos seus próprios segurados. Nada deve impedir que determinada categoria profissional constitua e sustente seu próprio sistema de seguridade social. Ao contrário, é desejável que todas o façam para suprir evidentes deficiências do sistema público. Aliás, preconizamos até que a adesão ao sistema público se torne voluntária, facultando-se aos diversos grupos profissionais a opção de organizarem seus próprios sistemas.

É de todo inaceitável, entretanto, que o IPC faça uso de recursos públicos para conceder privilégios. É um privilégio inaceitável a aposentadoria de um titular de mandato eletivo. Ele foi eleito para um tempo certo e um fim específico. Mandato eletivo não confere titularidade profissional, não sendo próprio, portanto, para gerar direitos previdenciários que ultrapassem o tempo da sua du-

ração. Se a aposentadoria é precoce, como é o caso, uma vez que se dá aos oito anos de serviço, o privilégio ainda melhor se caracteriza e mais acintoso se torna. Ninguém, no País, pode aposentar-se aos oito anos de serviço. Por que os parlamentares podem fazê-lo?

Afora estes aspectos doutrinários e conceituais, há a lamentar, também, nos episódios do IPC, o fato de que muitos, seguramente a maior parte dos membros da lista de "aposentados" que o Jornal de Brasília publicou esta semana, absolutamente não necessitam desse generoso aporte de dinheiro público. São ocupantes ainda de cargos públicos destacados, outros são empresários ou profissionais liberais de notório êxito. Muitos são milionários. Por que se apegaram ao privilégio? Por que não abriram mão do direito em favor de uso socialmente mais justo do dinheiro público? Certamente porque, com toda certeza, nem se deram conta da fragilidade moral do benefício que se auto-atribuíam. Esse é o grande problema brasileiro, a perda do referencial ético e moral da vida pública. Ela é exercida como se exerce uma profissão qualquer, fundamentalmente a serviço do prazer e da fortuna.

É preciso inverter o sentido do exercício da função pública. Ela tem de voltar a ser o que doutrinariamente sempre foi, um trabalho relevante, não uma oportunidade profissional.